



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6631 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

A INSERÇÃO DOS CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM.

Anamarília Viana Silva - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Lucinete Marques Lima - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

A INSERÇÃO DOS CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO - ENEM.

1 INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM é atualmente o principal instrumento de acesso ao ensino superior brasileiro. A inserção dos conteúdos da Educação Física no ENEM é muito recente, assim como pesquisas voltadas para a área, a fim de explorar os possíveis impactos já causados por tal inserção. É nesse sentido que o presente estudo se apresenta, com o intuito de contribuir com o debate do referido tema e produzir conhecimentos acerca da área da Educação Física.

A pesquisa teve como método o materialismo histórico dialético, o qual permite uma análise pautada na realidade como totalidade, interpretando as informações em suas relações políticas, econômicas, culturais, dentre outras. Caracteriza-se como pesquisa qualitativa, uma vez que prioriza identificar os conteúdos não tendo como objetivo principal a abordagem do problema através de procedimentos estatísticos, mas da análise de informações secundárias de fontes documentais e bibliográficas. Desse modo, o corpus empírico da pesquisa foi formado pelas provas do ENEM, realizadas no período de 2009 a 2013.

Este texto, além desta introdução e notas conclusivas, inclui dois tópicos. Inicialmente, apresentamos as particularidades da área de conhecimento em que os conteúdos da Educação Física se vinculam nas orientações curriculares e um pouco da história dessa disciplina e sentidos educativos. Posteriormente, alguns resultados da pesquisa desenvolvida sobre os possíveis conteúdos de Educação Física a serem abordados nas provas do ENEM. A conclusão apresenta um esforço de síntese simplificada do estudo.

2 A ÁREA DE CONHECIMENTO “LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS” E O LUGAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A Matriz do ENEM está dividida em quatro áreas de conhecimento. Neste

tópico, caracterizaremos a área em que os conteúdos da Educação Física estão inseridos, bem como a inserção dela no Enem, seus conteúdos exigidos e a importância e legitimidade da entrada na matriz do exame.

A área de conhecimento Linguagens, códigos e suas tecnologias compõe-se por Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte, Educação Física e Informática. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM+, 2002, p. 24), “as características comuns a essas disciplinas ou campos do conhecimento possibilitam a articulação didático-pedagógica interna da área”, dessa maneira, respeita-se a singularidade de cada disciplina, mas trabalha-se de modo a convergir o aprendizado de todas de forma integrada.

[...] na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias o grande objeto de estudo são as várias linguagens e os códigos por elas estruturados, nas manifestações particulares que deles se valem (textos) para estabelecer diferentes formas de comunicação. [...] O caminho a percorrer vai da compreensão e do uso particular das linguagens específicas empregadas nas práticas de cada disciplina à compreensão e à análise da faculdade humana de construir e utilizar a linguagem – substrato comum (BRASIL, 2002, p.26).

Assim, como a matriz do ENEM estabelece cinco eixos cognitivos gerais, que embasam o exame, os PCN's instituem três competências para o ensino médio, são elas: representação e comunicação, investigação e compreensão, contextualização sociocultural. É claro que a área que estamos analisando neste item irá se relacionar mais profundamente com o primeiro eixo, Representação e Comunicação que tem por objetivo “manejar sistemas simbólicos e decodificá-los” (BRASIL, 2002, p.24).

A área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias possui trinta habilidades distribuídas em nove competências. Uma dessas nove competências irá contemplar os conteúdos da Educação Física, sendo ela a terceira competência: Compreender e usar a linguagem corporal como relevante para a própria vida, integradora social e formadora da identidade. Tal competência abarca três habilidades, são elas:

H9 – Reconhecer as manifestações corporais de movimento como originárias de necessidades cotidianas de um grupo social.

H10 – Reconhecer a necessidade de transformação de hábitos corporais em função das necessidades cinestésicas.

H11 – Reconhecer a linguagem corporal como meio de interação social, considerando os limites de desempenho e as alternativas de adaptação para diferentes indivíduos (BRASIL, 2009b, p.2).

Essa inserção dirige-nos a uma só pergunta: porque a Educação Física foi inserida na matriz curricular do ENEM somente a partir de 2009? Para responder tal questão e construir uma possível resposta, recorreremos um pouco à luta histórica que a Educação Física travou (e vem travando) para afirmar sua legalidade e legitimidade, bem como sua importância no currículo escolar. Embora essa discussão já esteja “saturada” em nosso meio acadêmico, é importante retratá-la para aqueles que poderão ler este trabalho e que não são familiares a tal discussão.

Historicamente, a Educação Física nasce a partir das Escolas Ginásticas, no início do século XIX, na Europa. De acordo com Grifi (1989) apud Sigoli e De Rose Jr (2004), esse movimento tinha como objetivo principal o "desenvolvimento pedagógico, higiênico e militar do homem, buscando preparar os jovens para a vida e para a prestação de serviços à sociedade". A sistematização desses métodos foi organizada, inicialmente, dentro de sociedades burguesas como Alemanha, Suécia, França e

Inglaterra, sociedades com características industriais, onde alguns dos objetivos da ginástica eram contribuir com melhoria da disposição para o trabalho fabril, disciplinando operários. Além disso, essa direção política visava também à regeneração da raça humana, promoção da saúde, elevação do patriotismo e intervenção nos valores morais (SOARES, 2007).

No contexto brasileiro, a partir dos anos 1930, destacam-se na Educação Física escolar as instituições militares e médicas como mediadoras dos conteúdos da área, deixando-a com caráter higienista. Nessa época, os treinamentos e a preparação física também eram objetivados, porque emanava o risco da segunda guerra mundial estourar. De acordo com Castellani Filho (2002), a necessidade do “adestramento físico” já constava como obrigatório na Carta Magna do Estado Novo, na Lei Constitucional nº 01 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, nos artigos 131, que afirmava: “A Educação Física, o Ensino Cívico e os Trabalhos Manuais, serão obrigatórios em todas as escolas primárias e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça àquela exigência” (CASTELLANI FILHO, 2002, p. 5).

Nos anos de 1961, a Educação Física continuou sendo garantida pela Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, art.22, inserida na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ainda com objetivos de capacitar fisicamente o educando que logo se tornaria trabalhador: “Será obrigatória a prática de Educação Física nos cursos primários e médio até a idade de 18 anos” (BRASIL, 1937). Após dez anos, com a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, retira-se o limite de idade para a prática da Educação Física, permanecendo o mesmo objetivo. Até aqui, percebemos que a Educação Física esteve sempre ligada aos paradigmas biológicos, caracterizando-se como um instrumento a serviço de uma classe dominante.

Adentrando a década de 1980, cresce na área da Educação Física um movimento que buscava por mudanças, definições melhores sobre seu verdadeiro papel[1], que não fosse restrito à aptidão física. Esse movimento é despertado num momento histórico no Brasil, em que a luta pela democracia estava a todo vapor. A sociedade clamava pela “abertura política”, “anistia geral, ampla e irrestrita”, “Diretas já”, entre outras reivindicações (CAPARROZ, 2007).

Diante de toda manifestação pela redemocratização do Brasil, uma nova Constituição Federal foi elaborada em 1988, sendo considerada a mais democrática já feita no Brasil, pois contou com a participação popular (através de emendas ou propostas para compor o texto constitucional) na fase de debate público ou intermediado por parlamentares e, assim, garantiu direitos essenciais (políticos e sociais) para o cidadão brasileiro. Dessa forma, ficou conhecida como “Constituição Cidadã” (ROCHA, 2008).

Com a Constituição Federal de 1988, houve a reformulação da LDB, que tramitou alguns anos, com idas e vindas, sendo aprovada em 17 de dezembro de 1996 e sancionada em 20 de dezembro do mesmo ano. A Educação Física aparece contemplada no art.26, parágrafo 3º: “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996, s/p).

Nesse mesmo período, há também uma intenção de reorganizar o currículo do ensino médio, proposta feita pelo Ministério de Educação e Desporto ao Conselho Nacional de Educação em julho de 1997. A proposta era distribuir a carga horária

obrigatória (2.400 horas mínimas) do ensino médio: 1.800 horas para uma *Base Curricular Comum Nacional*, distribuídas em áreas de conhecimento – Código e Linguagem; Ciência e Tecnologia; Sociedade e Cultura e 600 horas restantes para a *Parte Diversificada*, que de acordo com Castellani Filho (2002, p.24), seriam “abertas ao ensino propedêutico, técnico e de aprofundamento de conhecimento”.

Após um ano, institui-se, através da Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, definindo a organização do conhecimento por áreas: Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias. A Educação Física aparece contemplada no art. 10, § 2:

As propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para: a) **Educação Física** e Arte, como componentes curriculares obrigatórios; b) Conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p. 6).

No ano 2000 são elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que especificam as áreas de conhecimento propostas nas Diretrizes. Passados seis anos, são elaboradas as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, como a finalidade de “contribuir para o diálogo entre professor e escola sobre a prática docente”. (BRASIL, 2006, p.5). Nesses documentos, a Educação Física continua situada na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e vai ganhando mais visibilidade, confirmando sua importância como componente curricular obrigatório da educação básica. É importante frisar que os Conhecimentos de Informática, dispostos nos PCNs do Ensino Médio, não são inseridos nas Orientações Curriculares.

Feita toda essa contextualização sobre a legalidade e legitimidade da Educação Física no ambiente escolar, voltaremos para a discussão central, o Enem, agora traçando a inserção dos conteúdos da Educação Física no referido exame.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Com a reformulação em 2009, o novo ENEM passa a exigir dos candidatos o conhecimento dos conteúdos relacionados à disciplina Educação Física, caracterizado na matriz de referência do exame como “linguagem corporal”. A Educação Física é contemplada na competência três da área de Linguagens, Códigos e suas tecnologias, contendo nessa competência três habilidades.

De acordo com os PCNs do Ensino Médio, o movimento, a linguagem corporal é determinada socialmente. Logo, um movimento pode ser interpretado de diferentes maneiras, dependendo da cultura em que está inserido. Nesse contexto, espera-se do aluno do ensino médio compreender e atuar nessas diferentes manifestações da cultura corporal (BRASIL, 2000).

Para além das habilidades, a matriz coloca os “objetos de conhecimento” associados a cada área. No caso específico da Educação Física, um grupo com treze grandes temas são assentados como os conteúdos a serem possivelmente explorados na prova. Como forma de apresentação dos temas, a matriz expõe “Estudo das práticas corporais: a linguagem corporal como integradora social e formadora de identidade”, conforme quadro abaixo.

Quadro 1. Temas da área da Educação Física na Matriz de Referência do ENEM.

Estudo das práticas corporais: a linguagem corporal como integradora social e formadora de identidade
Performance corporal e identidades juvenis
Possibilidades de vivência crítica e emancipada do lazer
Mitos e verdades sobre os corpos masculino e feminino na sociedade atual
Exercício físico e saúde
O corpo e a expressão artística e cultural
O corpo no mundo dos símbolos e como produção da cultura
Práticas corporais e autonomia
Condicionamentos e esforços físicos
O esporte
A dança
As lutas
Os jogos
As brincadeiras

Fonte: Matriz de Referência do ENEM 2009.

Os treze conteúdos cobrados na Matriz de Referência do Enem, como podemos observar, são direcionados de forma geral para professores e alunos, sem nenhuma explicação sobre o que pode ser abordado a partir de tais conteúdos, abrindo a possibilidade de interpretações diversificadas dos mesmos. Isso acontece também nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio, que propõem temas a serem tratados nas aulas de Educação Física, sem nenhuma explicação mais aprofundada dos mesmos. Diante dessa generalização, e respeitando as inúmeras possibilidades de abordagens, apontaremos o que, hipoteticamente, o Ministério da Educação e o INEP propõem como conteúdos da Educação Física, e que consideramos possíveis de serem trabalhados, baseados em autores específicos da Educação Física.

Com o intuito de tornar mais simples a visualização dos conteúdos, decidimos aqui formar quatro grandes grupos compostos por conteúdos que possuem temáticas próximas. Vamos aos grupos e suas possíveis temáticas:

Grupo 1 - Conteúdos da Matriz: Exercício físico e saúde. Condicionamento e esforços físicos.

Temáticas possíveis: Nutrição e atividade física; Fisiologia e atividade física; Obesidade, alcoolismo, tabagismo, drogas, anabolizantes, doping, doenças crônico-degenerativas e exercício físico; Atividade física e saúde; Treinamento esportivo; Qualidades físicas básicas; Condicionamento físico; Qualidade de vida.

Grupo 2 - Conteúdos da Matriz: Possibilidades de vivência crítica e emancipada do lazer; Mitos e verdades sobre os corpos masculino e feminino na sociedade atual.

Temáticas possíveis: O lazer como direito do cidadão; Lazer e tempo livre; Políticas Públicas e acesso ao lazer; Trabalho, produção e lazer: evolução histórica; Esportes: masculinos e femininos? O homem, a mulher e a dança; O homem e a mulher e as diferentes práticas corporais; Organismos masculinos e femininos: semelhanças e diferenças.

Grupo 3 - Conteúdos da Matriz: O corpo e a expressão artística e cultural; O corpo no mundo dos símbolos e como produção da cultura; Performance corporal e identidades juvenis;

Temáticas possíveis: Gestos e vestuários como elementos de identificação das tribos juvenis; Linguagens e práticas corporais das diferentes tribos juvenis; Causas defendidas pelas tribos; Corpo e linguagem corporal; Práticas corporais como formas de linguagem; A estética das práticas corporais diversificadas; O mundo simbólico das práticas corporais.

Grupo 4 - Conteúdos da Matriz: O esporte; A dança; As lutas; Os jogos; As brincadeiras; Práticas corporais e autonomia;

Temáticas possíveis: História dos esportes; esportes e treinamento, saúde, lazer, comércio, costumes culturais, mídia, gênero; história das danças; danças internacionais, regionais, nacionais, etc.; danças e costumes culturais, gênero, sexualidade, mídia, formas coreográficas e condicionamentos físicos; história das lutas; lutas de corpo a corpo e de distância.; lutas e estética; lutas e a formação do guerreiro; lutas, fundamentos e a esportivização; lutas e violência; jogos, brincadeiras e o aprendizado social, as regras, as delimitações sociais, a ludicidade, a comunidade, o espaço urbano, os jovens adultos e novas tecnologias.

A partir dessa exposição de conteúdos e temáticas possíveis a serem trabalhadas na disciplina Educação Física, podemos perceber que o currículo é bastante extenso e deve ser contemplado durante todo o ensino médio, com seus devidos aprofundamentos em cada ano. Nesse sentido, destaca-se a importância dos conteúdos da cultura corporal para a formação humana, em todas as suas dimensões, visto que não tratamos apenas de atividade física, saúde e esportes, como infelizmente ainda é visto por muitos profissionais e estudantes.

Podemos destacar também que a inserção no ENEM causou algumas mudanças na forma de planejar as aulas de Educação Física, pois agora, além dos objetivos intencionais que cada professor busca alcançar em suas aulas, existem também os objetivos do ENEM a serem alcançados.

4 CONCLUSÃO

O estudo aqui realizado teve como principal finalidade colaborar com as pesquisas referentes ao ENEM que englobam a área de Educação Física, tema pouco estudado ainda no cenário nacional.

A inserção dos conteúdos da Educação Física na matriz do ENEM tornou-se uma importante conquista para a área. Com um histórico de discriminação e diminuição de seu valor no campo escolar, essa entrada pode sinalizar uma nova forma de tratamento à disciplina. No entanto, é preciso estar atento a como o Ministério de Educação está direcionando as formas de abordagem dos conteúdos, causando consequências na didática da Educação Física escolar. Nesse sentido, a discussão não se encerra neste momento, pelo contrário, nos possibilita novos caminhos a serem investigados visto que o tema é historicamente novo e nosso mundo é regido por constantes transformações.

REFERÊNCIAS

BRACHT, Valter. **Educação Física e ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento básico do Enem**. Brasília, 2002. 27p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio Mais (+)**. Secretaria de Educação Básica: Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. v.1. Secretaria de Educação Básica: Brasília, DF, 2006. 239p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Matriz de Referência do Novo Enem**. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=310+enen.br>> Acesso em 21 abril 2014.

BRASIL. Resolução nº 3, de 26 de junho de 1998. **Institui As Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio**. Brasília, DF, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf>. Acesso em: 26 set. 2014.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Política Educacional e Educação Física: polêmicas do nosso tempo**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

ROCHA, Enid. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, Flavio Tonelli; MUSSE, Juliano Sander; SANTOS, Rodolfo Fonseca dos (Org.). **20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social**. Brasília: Anfip, 2008. p. 131-148.

SIGOLI, Mário André; ROSE JUNIOR, Dante de. A história do uso político do

esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 12, n. 2, p.111-119, jun. 2004. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/566/590>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 4 ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. ENEM. Currículo.
